



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Data, hora e local: 01 de dezembro de 2016, às 15h08m, na Rua São Bento, 405, Auditório
2 do 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1) Informes Gerais; 1.01)
3 Informe sobre consulta pública PIU NESP; 2) Sistematização da consulta pública e
4 apresentação do Projeto de Lei, versão final, do PIU Arco Tietê Plenária; 3) Plenária.
5 **CONSELHEIROS PRESENTES DO CMPU:** Tereza Beatriz Ribeiro Herling (Presidente);
6 Vilma de Oliveira Mendonça (Suplente) da Secretaria Municipal do Governo – SGM; Gina
7 Armelin Pagotto Bernardino (Titular) da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento
8 Econômico – SF; Leticia Schwarz (Suplente) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e
9 Cidadania – SMDHC; Heloisa Helena de Mello Martins (Titular) da Secretaria Municipal de
10 Transportes – SMT; Dirce Carrega Balzan (Suplente) da Secretaria Municipal Infraestrutura
11 Urbana e Obras – SIURB; Helia Maria Santa Barbara Pereira (Suplente) da Secretaria
12 Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; Cilene Silva Fernandes (Suplente) da
13 Secretaria Municipal de Serviços – SES; Darlene Aparecida Testa (Titular) da Secretaria
14 Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SDTE; Patricia Saran
15 (Titular) e Gustavo Partezani Rodrigues (Suplente) da São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo;
16 Thalles Marcius de Moraes (Suplente) – (Macrorregião Leste 2) da Subprefeitura, Angela
17 Maria Calabria (Titular) – Georgina Helena De Freitas (Suplente) - (Macrorregião Leste 1),
18 Leonardo Medeiros e Silva (Titular) – (Macrorregião Leste 2) do Conselho Participativo
19 Municipal; Alexandre De Sant’anna Loyola (Suplente 3) dos Movimentos de Moradia; Nelson
20 Terra Barth (Suplente 1) e Paulo Gustavo da Vinha Carmo Bizzo (Titular 3) da Associações
21 de Bairros; Ricardo Yazbek (titular 1), Roberto de Castro Mello (Titular 3), Adriana Blay
22 Levisky (Suplente 3), Andy Alexandre Gruber (Titular 4) e Christian de Moraes Machado
23 Suppo Bojlesen (Suplente 4) do Setor Empresarial; Paulo Machado Lisboa Filho (Titular) das
24 Organizações Não Governamentais – ONGS; Renata Semin (Suplente) das Entidades
25 Profissionais Ligadas a Área de Planejamento Urbano-Ambiental; Valter Caldana Junior
26 (Titular 1) das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa Ligadas a Área de Planejamento Urbano-
27 Ambiental; Carlos Afonso Cerqueira Aranha (Titular) dos Movimentos de Mobilidade Urbana;
28 José Raimundo do Sacramento (Titular) do Conselho Municipal de Planejamento e
29 Orçamento Participativos – CPOP; José de Jesus Ferreira (Titular) e Paula Carvalho Paschoal
30 Raulino (Suplente) do Conselho Municipal de Habitação – CMH. **DEMAIS PRESENTES:** Altamir
31 Tedeschi, Anna Carvalho De Moraes Barros, Eduardo Della Manna, Eduardo Tavares de
32 Carvalho, Edvaldo Soares, Giovanna Maschi Sbeghem, Kaio Matheus Santos Nogueira, Lucia
33 Maria Bitancourt Martins Campos, Marilena Fajersztajn, Mayna de Campos Queiroz, Melina
34 Giannoni de Araujo Possagnolo e Rafael Giorgi Costa. Ordem do dia: 1) Informes Gerais;
35 1.01) Informe sobre consulta pública PIU NESP; 2) Sistematização da consulta pública e
36 apresentação do Projeto de Lei, versão final, do PIU Arco Tietê Plenária; 3) Plenária. **01)** A
37 Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano Substituta e Presidente do CMPU, Tereza
38 Beatriz Ribeiro Herling, iniciou a reunião às 15h08min, com a apresentação da pauta, com a
39 inversão dos itens “1.01” e “2”. **02)** A palavra foi franqueada para Gustavo Partezani
40 Rodrigues, Diretor de Desenvolvimento da SP-URBANISMO, que apresentou a sistematização
41 da consulta pública destacando pontos da versão final do Projeto de Lei PIU Arco Tietê.
42 Alguns pontos destacados foram as audiências públicas, as agendas e a consulta pública no
43 site da gestão urbana. Ressaltou também que foram 155 contribuições ao longo do processo



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

44 divididas em três etapas, sendo 64% de dúvidas, 24% que já constavam na minuta e 12%
45 incorporadas. Também destacou os incentivos incorporados pela Minuta que tratam da
46 questão do financiamento, como exemplo estruturante citou o ajuste no artigo 41 para
47 atender as demandas da população, destacando no caso da habitação a prioridade no
48 adensamento ser de moradores locais da comunidade. Ressaltou entre outras, o processo
49 participativo, o valor de outorga exorbitante, o fator de cálculo, a divisão do quadro em cada
50 AIU com cálculo diferenciado e o fator de planejamento. Aproveitou para enfatizar que
51 quanto mais se constrói mais barato fica a outorga onerosa. Realçou ainda o perímetro
52 expandido, os eixos estratégicos e as construções sustentáveis. Aproveitou também para
53 reforçar quanto à publicação das apresentações e que será lançado o caderno de desenho
54 urbanístico. Demonstrou os mapas que tratam dos perímetros das AIU e do melhoramento
55 viário. **03)** Finalizada a breve apresentação, a Secretária Municipal de Desenvolvimento
56 Urbano Substituta e Presidente do CMPU, Tereza Beatriz Ribeiro Herling, abriu a palavra ao
57 Plenário. **04)** A conselheira Renata Semin observando que esta em branco a área
58 demarcada do Anhembi e Sambódromo que estão fora dos pontos tratados no Conselho e
59 que já houve outro processo dentro da SPTuris que não veio para o conselho, pergunta se
60 ele já foi analisado pela Secretaria. **05)** O conselheiro Paulo Machado Lisboa Filho afirmando
61 que inicialmente gostaria de entender qual é o cronograma que se vai ter a partir do
62 encaminhamento do projeto de lei para Câmara Municipal, uma vez que se está em uma
63 transição de governo. Referindo-se ao Parque Industrial Tomás Edson na região da Água
64 Branca que é uma área estruturada entorno do uso industrial, o Conselheiro questionou qual
65 é a proposta para essa região. **06)** A conselheira Georgina Helena de Freitas chamando
66 atenção para a ampliação dos passeios enfatiza que nas desapropriações que vem sendo
67 feitas de construção, seja popular ou no caso do monotrilho, vai ficando pedaços de lotes
68 abandonados em que a prefeitura poderia revitaliza-los com grama e arborização.
69 Ressaltando, no caso do monotrilho (desde o começo da Vila Prudente até perto de São
70 Mateus), o restante de lotes que vão ficando, pediu que a prefeitura levasse em conta o que
71 ela larga de terrenos desapropriados, que sobraram da desapropriação, para investir em
72 praças e arborização. **07)** O conselheiro José de Jesus Ferreira citando a questão do Parque
73 da Brasilândia destacou que a região da Brasilândia é muito cheia de gente e muito carente
74 de verde. Ressaltou que ficaram contentes de ter saído um parque, que hoje está ocupado
75 há muitos anos, e que se tem o desejo que na região realmente venha a ter um parque.
76 Enfatizou, novamente, a necessidade do parque para região solicitando que se fosse pautado
77 alguma coisa com data para periferia, para que se possa ser cobrado. **08)** A Senhora Lucia
78 Maria Bitancourt Martins Campos representando o Subprefeito de Pirituba/Jaraguá
79 questionou sobre o artigo 21 quanto à possibilidade de novos projetos no perímetro
80 expandido. Ressaltando que o fato de aumentarem o viário, mas não aumentarem a área de
81 projeto, sem prever algum tipo de intervenção, criou um buraco em Pirituba, questionou,
82 como não faz parte do perímetro expandido ainda, se haverá um perímetro expandido dois
83 para se atender o cotovelo do Arco do Tietê no lado oeste. **09)** O Diretor de
84 Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo Partezani Rodrigues, passou a esclarecer as
85 questões pela ordem, primeiramente respondeu o questionamento da conselheira Renata
86 Semin esclarecendo que o Anhembi está dentro do perímetro da centralidade, mas ele não é



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

87 um projeto estratégico, porque já havia sido iniciado e está em desenvolvimento ainda, que
88 foi feita consulta pública e todo processo da concessão do Anhembi, que tem um projeto que
89 vem sendo debatido há mais de dois anos, tem uma série de agentes que fizeram propostas,
90 isso foi levado à consulta pública, e se entende que isso é fundamental, importantíssimo e
91 uma âncora no desenvolvimento. Enfatizou por ser um processo em andamento e
92 respeitando todo este andamento, respeitando todo o investimento e a energia que foi posta
93 nisso, foi adotado no projeto que é âncora, mas que não trás elementos para ele que
94 impactam sobre ele, mas sim ele é catalizador e âncora no sentido de ser central para todo
95 processo. Esclareceu ainda, que se fez todo projeto urbanístico, de parâmetros, de
96 desenvolvimento urbano em volta do Anhembi, considerando a modelagem do Anhembi.
97 Destacou também, que não se colocou alteração porque o processo está em andamento e
98 que entende que a ideia para o Anhembi será continuada, portanto, está preservada e
99 garantido os estudos. Sobre as questões trazidas pelo Conselheiro Paulo Machado Lisboa
100 Filho sobre o cronograma e o Parque Tomas Edson, esclareceu com relação ao Parque
101 Tomas Edson que ele está dentro da Operação Água Branca e que não se mexeu na Lei nº
102 15.893. Só mexeu no artigo que reduz o preço do CEPAC. Ressaltou que as questões no
103 debate de 2012 e 2013 da Operação Urbana Água Branca se falava muito sobre as questões
104 dos usos industriais e produtivos em contraste com a relação de transformação desses usos
105 em áreas habitacionais. Lembrou que o Parque Tomas Edson tem algumas empresas de
106 logística principalmente e poucas de manufatura que usam aquele território por ter uma
107 localização muito boa. Enfatizou que esse projeto de lei não trás nenhuma outra definição
108 daquilo que já esta na Água Branca. Desta forma sugeriu ao Conselheiro que acompanhasse
109 as reuniões da Operação Urbana Água Branca e possa em algum momento discutir essa
110 pauta lá, porque a comissão do conselho gestor da Operação Urbana Água Branca está
111 discutindo grupos de trabalho para refinamento de algumas políticas urbanas dentro da
112 operação. Com relação ao cronograma esclareceu que já se passou por consulta pública,
113 audiências, reuniões setoriais, pelo CMPU e nos próximos dias espera refinar este projeto de
114 lei e mandá-lo para Câmara Municipal. Reforçou, quanto ao cronograma, que até o final do
115 ano pretende fechar esta minuta e mandá-la adiante. Quanto à questão trazida pela
116 conselheira Georgina Helena de Freitas sobre os residuais da desapropriação e se eles
117 podem reverter em investimentos para melhorar os espaços públicos, esclareceu que para
118 resolver esta questão, estão dando muitos incentivos para os terrenos de frente para os
119 corredores. Ressaltou que a desapropriação gera terrenos e que esta lei já esta autorizando
120 a alienação desses terrenos, para que voltem para o mercado para que sejam transformados
121 e lembrados com os terrenos de trás, e que esse recurso sirva para complementar o
122 programa. Com relação à questão trazida pelo conselheiro José Raimundo do Sacramento
123 esclareceu que conhece as considerações da Brasilândia, mas que esse projeto trata do Arco
124 Tietê. Ressaltou que prioritariamente aqueles que o Plano Diretor demanda, e que não se
125 tem condições na SP-URBANISMO de fazer todos os projetos da cidade. Enfatizou que sabe
126 a importância da demanda da Brasilândia e espera atrair a população da Brasilândia para
127 morar neste território no futuro, porque está se prevendo um adensamento de quase meio
128 milhão de pessoas, sendo que 1/5 está no local e os outros 4/5 vieram de outras áreas da
129 cidade, destacando que a zona norte é uma área prioritária para isto. Quanto às questões



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

130 dos outros projetos as zonas setoriais podem atender. E por fim, sobre a dúvida suscitada
131 pela Senhora Lucia Maria Bitancourt Martins Campos, ressaltou que conhece a demanda e
132 que esta já foi explicada mais de uma vez, onde se respondeu suas questões, mas
133 esclareceu que este cotovelo que se refere, ele está em outra zona, outra Macroárea, que
134 não na MEM. Enfatizou, em que pese esta discussão, do que esteja certo ou errado neste
135 momento depois do plano diretor, se os perímetros estão corretos ou poderiam ser
136 ajustados, os parâmetros urbanísticos já estão ativos tanto na qualificação urbana ou na
137 versão consolidada. Ressaltou mais uma vez que o que se está propondo é um projeto viário
138 e que junto com ele vem uma série de espaços públicos e que não se estão propondo
139 parâmetros urbanísticos específicos, bem porque, boa parte é na região estritamente
140 residencial, de baixa densidade, e que se está preservando este território, mas isso não quer
141 dizer que não se está trazendo recursos para infraestrutura, para as conexões, para os
142 espaços públicos. Enfatizou também que o desenho do apoio norte já está feito, o projeto
143 funcional que a Lei nº 16.541 aprovou, trás estas áreas e não se vai criar um perímetro
144 expandido dois, seguindo à risca o Plano Diretor, e que o perímetro expandido do Arco do
145 Tietê são as áreas que estão foram das AIU's. Esclareceu que isso não quer dizer que área
146 referida não vai receber investimento. **10)** A Secretária Municipal de Desenvolvimento
147 Urbano Substituta e Presidente do CMPU, Tereza Beatriz Ribeiro Herling, abriu novamente a
148 palavra ao Plenário. **11)** O conselheiro José Raimundo do Sacramento em razão da mudança
149 do governo solicitou que os conselheiros recebam até o dia 15 de dezembro o material
150 impresso, alegando que o site pode ser modificado. Solicitou ainda a disponibilização da Lei
151 de parcelamento, uso e ocupação do solo, também impressa, pois, facilitaria a consulta a
152 qualquer hora, em qualquer lugar. Também solicitou informações acerca do projeto de
153 Operação Urbana Bairros do Tamandateí, precisamente se o projeto seria aprovado antes
154 do recesso da Câmara Municipal. **12)** A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano
155 Substituta e Presidente do CMPU esclareceu que esse material será disponibilizado no site,
156 que será todo gravado e não é tão etéreo assim que se possa mudar. Enfatizou que se tem
157 como documentar que no dia 31 de dezembro toda a programação do site era essa, com
158 todos esses documentos, e que se está sendo feita e cadastrada para que isso não se perca,
159 pois, é um material muito importante. Esclareceu também, que a Lei de Uso e Ocupação do
160 Solo já está na gráfica, para ter um manual ilustrado, que é muito importante também, pois
161 é uma lei mais complexa em relação ao plano diretor. Ressaltou que foi feito todo um
162 trabalho para traduzir isso em imagem que facilitam o seu entendimento e a sua aplicação
163 posterior. Quanto à perspectiva de aprovação da Operação Bairros do Tamandateí
164 esclareceu que não se tem governança sobre esse processo na Câmara. O Diretor de
165 Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo Partezani Rodrigues, complementou
166 esclarecendo que o caderno urbanístico desse projeto vai se disponibilizar também, só
167 estava esperando fechar as contribuições e a apresentação de hoje para fazer os últimos
168 ajustes, e ai ter uma peça que seja complexa com participação de todos os contribuintes do
169 processo, para última semana do natal e não para o dia 15. Ressaltou que o projeto de lei
170 será publicado no site da gestão urbana, ajustado e encaminhado, conforme o plano diretor,
171 cumprindo todos os pré-requisitos que esse próprio conselho colocou em 21 de setembro.
172 **13)** Na sequência, o Superintendente de Estruturação de Projetos da SP-URBANISMO,



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

173 Marcelo Fonseca Ignatios, apresentou informe sobre a consulta pública PIU NESP, solicitada
174 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, em carta encaminhada à SMDU, esclarecendo
175 que esse projeto começou em julho através de manifestação de interesse privado para a
176 instalação de um novo entreposto privado na Subprefeitura de Perus. Ressaltando o
177 DECRETO Nº 56.901 que dispõe sobre a elaboração de Projeto de Intervenção Urbana,
178 esclarece que o conteúdo do PIU qualquer que seja ele, deve conter três obrigações,
179 proposta de ordenamento, reestruturação urbanística, com a definição do programa de
180 intervenção, fases, parâmetros e deve haver menção à modelagem econômica dessa
181 proposta de intervenção urbana, considerando os mecanismos de financiamento e as fontes
182 de recursos e deve ter o modelo de gestão democrática para implantação desse projeto de
183 intervenção urbana, privilegiando o controle social e avaliação do impacto. Esclareceu ainda,
184 que o Decreto traz uma questão acessória que são os elementos complementares
185 necessários ao atendimento do artigo 136 do Plano Diretor, que cita o que é o projeto de
186 intervenção urbana. Demonstrou as áreas que o projeto de intervenção urbana PIU NESP
187 percorre no município, ressaltando que são três grandes glebas e uma pequena gleba de
188 propriedade privada situada em uma zona de ocupação especial, cujo único parâmetro
189 refere-se ao coeficiente de aproveitamento, que neste caso é 1,00, sendo que os demais
190 parâmetros são flexibilizáveis mediante a promulgação de um decreto específico. Esclareceu
191 que o Decreto encontra-se minutado e vai cobrir os parâmetros para construção de um
192 entreposto ao longo de 15 a 20 anos nestes terrenos particulares. Ressaltou que o caderno
193 que subsidia a minuta do decreto está disponível nesta data para consulta pública por 20
194 dias, no site gestão urbana. Destacou também, o circuito viário privativo e público, as
195 incorporações dessas áreas reservadas pelo Plano Diretor como ZEPAM's como parques
196 públicos. Ressaltou que ao fim do prazo de 20 dias a minuta vai para edição e assinatura do
197 Prefeito. Esclareceu que conceitualmente e esquematicamente de uma interface com o
198 município, constituído e consolidado através de um grande viário público que vai recepcionar
199 equipamentos públicos que vão ser feitos conforme o parcelamento do solo, de uma reserva
200 de áreas verdes públicas que vai trazer um filtro para esse condomínio de galpões, de
201 entrepostos, que nada mais é do que um entreposto modernizado em relação ao que hoje o
202 CEAGESP, gerido pela iniciativa privada, por isso chama "Novo Entreposto São Paulo".
203 Também destacou o circuito privativo de cargas que é acessível exclusivamente pela Rodovia
204 dos Bandeirantes para não onerar o município de São Paulo, exigência essa extraída das
205 recomendações das consultas e audiências públicas, e a cidade tem acesso apenas para os
206 equipamentos públicos, no caso de pedestres e veículos leves. Reiterou que cargas nunca
207 virão pela cidade, e nem os automóveis poderão entrar pelos condomínios logísticos do
208 entreposto. Como resumo informou que esses são os parâmetros que estarão contidos nos
209 quadros e no decreto, que o projeto de intervenção urbana justifica, e que traz uma
210 destinação de 10% de áreas efetivamente públicas, divididas entre institucional, parques e
211 sistema viário, quase 400 mil metros quadrados para esta destinação e mais 20% de áreas
212 que serão mantidas como verdes que estarão internas ao entreposto. Esclareceu ainda, que
213 essas áreas poderão ter acesso público quando o projeto de loteamento assim o garantir.
214 Ressaltou que estão se falando de 30% de destinação não ocupada pelo entreposto e 70%
215 de área privada, totalizando os 100%. Ressaltou ainda, que se está na fase de elaboração do



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

216 decreto, publicação da consulta do PIU conforme estabelecido por 20 dias, confirmando para
217 o dia 17 de dezembro a audiência pública devolutiva no CEU Anhanguera para que se faça a
218 apresentação pelos proprietários, para se referendar o projeto em sua plenitude. **14)**
219 Finalizada a apresentação, a palavra foi franqueada novamente ao Plenário para os debates
220 e contribuições. **15)** O conselheiro José Raimundo do Sacramento perguntou sobre a
221 localização do entreposto junto ao rodanel, o que foi esclarecido pela mesa. **16)** O Senhor
222 Eduardo Della Manna questiona se a legislação prevê que os novos parâmetros definidos
223 para ZOE, ZEPAM e ZPDS devem passar obrigatoriamente pela aprovação na CTLU. Foi
224 esclarecido que a legislação prevê é de que enquanto não tiver o projeto de intervenção
225 urbana e havendo necessidade de se implantar alguma coisa passe pela CTLU, mas se tiver
226 a edição do decreto e este processo de configuração de um projeto de intervenção urbana a
227 CTLU não é mais necessária, sendo o decreto e o caderno suficientes para executar,
228 esclarecendo que os parâmetros são somente para ZOE, enquanto não tem PIU vai para
229 CTLU, se tem PIU editado e tem decreto não vai mais para CTLU. **17)** A conselheira Adriana
230 Blay Levisky enfatizando que se está em um processo muito inicial de intimidade com a
231 aprovação de PIU's, ressaltou que gostaria de entender a dinâmica da proposição feita pelo
232 particular e a questão do entendimento de que o parcelamento do solo que se está
233 admitindo 10% e 90% (uso privado) já é consenso com a prefeitura. Outro questionamento
234 levantado pela conselheira refere-se aos 20% de área verde, se existirá alguma exigência
235 com relação à permissão de uso público ou não. O Superintendente de Estruturação de
236 Projetos da SP-URBANISMO através de um cronograma esclareceu que quando esta
237 manifestação de interesse foi apresentada e vem para prefeitura, é obrigado a se
238 receptionar porque é uma área privada, demarcada com um zoneamento que não é pleno
239 na sua concessão de parâmetros. Ressaltou que ela foi demarcada como Zona de Ocupação
240 Especial justamente pela possibilidade de receptionar este tipo de equipamento, um
241 entreposto em caráter de quase polo de cargas, estando no município de São Paulo,
242 conforme as exigências do plano diretor, não se demarcando ZOE em área rural. Enfatizou
243 que uma área urbana que necessita da sua devida infraestrutura e que exatamente a
244 flexibilização dos parâmetros, desse parâmetro de destinação de área pública e de uma área
245 de semi pública, que seria o verde interno, mas com acesso ao público é o projeto de
246 intervenção urbana em negociação, em interface com a prefeitura que comprovam, que
247 demonstram. Ressaltou novamente, que não é a prefeitura que esta pedindo ou concedendo
248 uma exceção de via de mão única, mas que eles trazem uma proposta que pode ser muito
249 distante de uma realidade que a prefeitura aceite e de que o processo de diálogo que foi
250 estabelecido entre os proponentes privados mediante consulta pública, oficinas e audiências
251 é que vão dando forma ao tamanho dessa excepcionalidade que a prefeitura vai admitir.
252 Observou que o processo está em consulta, o decreto não esta assinado, e que neste caso
253 se entendeu que 10% + 20%, como a população reconheceu, seria satisfatório, lembrando
254 que ele vai precisar de parâmetros, que seria através da CTLU ou do PIU autorizado por
255 Decreto. Ressalvou ainda, que tendo o Decreto ele tem condições de dar entrada na
256 Prefeitura para aprovar o seu primeiro loteamento, seu entreposto, a primeira fase do
257 seu projeto. O Diretor de Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo Partezani Rodrigues,
258 complementou a questão esclarecendo que só é possível assim por duas questões que estão



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

259 na lei de zoneamento, primeiro porque é uma ZOE – Zona de Ocupação Especial, não se deu
260 parâmetro, e outro é o uso, uso logístico de armazenagem de entreposto, onde se tem um
261 artigo que coloca que usos logísticos não são obrigados a destinar áreas públicas. Enfatizou
262 que é só por isso que possível se chegar a um modelo urbanístico que demanda 10% de
263 área pública e 90% de área não pública e a área verde não pública ela está enquadrada
264 como prestação de serviços ambientais sem o município dever nenhuma contrapartida
265 contra isso. Ressaltou, que são basicamente as áreas de olho d'água e as de APP que
266 existem várias neste território. Também realçou que a atividade principal é a logística e o
267 entreposto, sendo uma atividade que envolve pouca taxa de ocupação, mas muita área de
268 pátio de manobra. Destacou que o C.A. não vai chegar a 0,3, mas em consequência a área
269 de manobra de caminhão, de estacionamento de carretas vai consumir muita área. Enfatizou
270 também que esse decreto não é um decreto de licenciamento. É um decreto de parâmetro
271 para a ZOE, sendo que a partir do parâmetro da ZOE que se inicia todo o processo de
272 licenciamento que é originário como manda o rito do plano diretor da lei do zoneamento.
273 **18)** O Senhor Eduardo Della Manna ressaltando a questão apresentada pela conselheira
274 Adriana Blay Levisky enfatizou que teme não apenas pelo PIU NESP, mas também pelo PIU
275 Vila Leopoldina, que eventualmente possa ter questionamentos jurídicos em relação à
276 "burla" da legislação de uso e ocupação do solo e pergunta se a Procuradoria da Prefeitura
277 já fez pesquisa neste sentido, uma vez que se está abrindo mão de reservas de áreas legais.
278 **19)** O conselheiro Andy Alexandre Gruber abordando a questão de lote máximo, de fruição,
279 de coeficiente de aproveitamento dentro do lote, ressaltou que se foi falado em 0,3, e que
280 vai se fazer um hotel, escritório e de que não seria somente de galpões, questiona se esses
281 outros usos também terão parâmetros, se vai sair no decreto. **20)** O conselheiro José de
282 Jesus Ferreira pergunta se essa área é a mesma da SPU. A mesa esclareceu que não, que a
283 área é privada e refere-se à antiga "melhoramentos". **21)** O Procurador Municipal José
284 Antonio Aparecido Júnior esclareceu que a preocupação com a questão jurídica é constante
285 na atividade administrativa. Ressaltou que são dois projetos diferentes, no processo do PIU
286 NESP temos uma ZOE que se tem autorização do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento para
287 que a regulação urbanística seja feita por intermédio de decreto dentro de alguns
288 parâmetros que estão sendo observados, e no caso da Leopoldina existe uma lei em vigor
289 que já tem o zoneamento estabelecido para área e qualquer regulação terá que ser feita por
290 lei. Enfatizou que são questões diferentes, e que todos os parâmetros que estão sendo
291 adotados no PIU NESP, são parâmetros autorizados. Ressaltou também, que o PIU de certa
292 forma é revolucionário para o planejamento urbanístico até nível nacional porque ele
293 determina que qualquer implantação de projeto urbanístico de médio e alto impacto nas
294 cidades seja precedida de um projeto. Enfatizou também, que não é mais possível no
295 Município de São Paulo que qualquer tipo de intervenção de médio e alto impacto seja feita
296 sem que haja um planejamento urbanístico anteriormente efetuado para avaliar a situação.
297 Realçou que a resposta que foi dada pelo PIU NESP e as diversas informações trazidas na
298 legislação do Plano Diretor, na legislação do zoneamento, tendo em vista o contexto social, o
299 contexto econômico é a resposta que vai demandar ao estabelecimento dos parâmetros
300 possíveis. Destacou que sempre em qualquer situação, o resultado de implantação de
301 qualquer projeto de intervenção urbana será a implantação do que manda o Plano Diretor e



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CPMU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

302 a Lei de Zoneamento. Enfatiza novamente que o PIU estaria subordinado a isso, tendo que
303 demonstrar que isso foi atendido nas condições em que o decreto vai expor. Observou
304 ainda, que possa haver litígio, mas que isso é totalmente corriqueiro, do dia a dia, e que
305 será explicado até que fique totalmente claro o que foi feito e no final vão concordar, porque
306 é isso que tem acontecido com regularidade. **22)** O Superintendente de Estruturação de
307 Projetos da SP-URBANISMO, Marcelo Fonseca Ignatios, quanto ao questionado pelo
308 conselheiro Andy Alexandre Gruber sobre os usos acessórios, complementares (hotéis,
309 restaurantes, agências bancárias, etc...) esclareceu que se estima que vão trabalhar pelo
310 estudo do PIU cerca de 30 mil pessoas quando ao final este projeto estiver implantado, coisa
311 de 20 anos. Ressaltou então que haverá tanto suporte de equipamentos públicos como
312 obviamente suporte interno para esses funcionários, para os próprios comerciantes, desta
313 forma frisou que foi criado no decreto um quadro, porque assim prevê a lei de zoneamento,
314 específico de usos permitidos e usos vedados, como exemplo, citou que todos os usos
315 residenciais são vedados, porque o Plano Diretor assim orienta, além destes os usos
316 principais e acessórios, sendo que os principais aqueles voltados para logística,
317 armazenagem e comercialização, no caso dos acessórios permitidos, citou como exemplo os
318 consultórios. Também, destacou, que ele tem limitação de gabarito, taxa de ocupação,
319 sendo a única ressalva que existe em relação ao parâmetro de zoneamento são as vagas,
320 que fazem parte do DNA do projeto. Ponderou também, que o decreto flexibiliza vagas para
321 o uso principal, mas não para os usos acessórios. Ressaltou ainda, que foi aberto no dia de
322 hoje a consulta pública para conhecimento e aqueles que quiserem, no mesmo molde das
323 outras minutas colocadas online, fazerem suas contribuições. Com referência ao
324 questionamento, fora do microfone, feito pelo conselheiro Paulo Machado Lisboa Filho, se
325 atenderia a Lei nº 6766, o Superintendente esclareceu que atende Lei nº 6766, pois ela não
326 crava percentual, ela dá ao município autonomia para definir seus usos e índices, parâmetros
327 urbanísticos de sua jurisdição. Enfatizou que o que se faz é a criação de parâmetros
328 específicos mediante justificativa de projetos, mediante o diálogo e a mensuração dessa
329 excepcionalidade, sempre guardando maior índice econômico que é o C.A., para que seja
330 feita a edição de um decreto e não uma lei, o C.A. deve ser mantido como o da Macroárea
331 que se insere a ZOE, sendo que neste caso o C.A básico é igual ao máximo uma vez, então
332 não tem incidência de outorga e não tem chance de ser ampliado. **23)** A conselheira Adriana
333 Blay Levisky falando em nome da ASBEA ressalta que o PIU é um instrumento
334 grandiosamente reconhecido e de uma importância enorme que o Plano Diretor inaugura,
335 obviamente porque ele coloca a importância do projeto em uma instância máxima.
336 Enfatizando que isso é essencial, destacou uma preocupação com relação a consistência e a
337 preservação das definições prévias que esse projeto propõe com relação ao futuro, pois
338 decreto na aprovação do projeto, ou seja, na legitimidade daquilo que se propôs com a
339 garantia da continuidade daquilo que virá. Enfatizou ainda que entende que quanto mais se
340 conseguir agregar elementos de legitimidade previamente anexos ao decreto melhores serão
341 as chances de não se abrir brechas com relação a questionamentos. A conselheira levantou
342 uma dúvida se não seria necessário pertencer ao decreto, no projeto, uma setorização e se
343 aquilo que estiver fora da atividade logística não mereceria uma relação transitória com o
344 tecido urbano. Ressaltou também, se isso não deveria estar previsto no decreto, uma vez



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

345 que o projeto já deve ter estudado inúmeros cenários. Questionou como se legitima isso
346 para que futuramente pós-decreto exista uma continuidade e sugeriu que pertença ao corpo
347 do decreto uma definição mais avançada com relação a decisões que respaldem este
348 parcelamento diferente dessas áreas públicas. Ressaltou se não seria interessante para
349 estabilidade do instrumento mais informações para garantir a longevidade do
350 monitoramento. **24)** O Diretor de Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo Partezani
351 Rodrigues, esclareceu que não está havendo nenhuma isenção de regras, o zoneamento fala
352 que a ZOE precisa de parâmetro, ele não dá nenhum parâmetro, e o projeto vai desenvolver
353 os parâmetros para aquela ZOE. Ressaltou que como ele não está fazendo nenhuma
354 novidade de fora do zoneamento é possível ser feito por decreto, então ele está cumprindo o
355 artigo 15, portanto, não há isenção de regras. Ponderou que a observação da conselheira é
356 bastante precisa, mas que seria importante demonstrar um pouco o fluxo do trabalho.
357 Primeiramente existe um processo administrativo onde estão todos os estudos e suas
358 versões, também suas correspondências e as atas de reuniões feitas com o grupo. Enfatizou
359 que antes de autorizar os estudos foi feita uma audiência pública e no meio dos estudos foi
360 feito uma oficina lá em Perus com a participação do conselho participativo e técnicos da
361 subprefeitura. Destacou ainda, que foram feitas diversas conversas com os órgãos de
362 licenciamento, principalmente a SEL, reforçando que isso não é um projeto de licenciamento
363 é só de parâmetros, e todos os estudos estão colocados dentro do processo administrativo.
364 Realçou que do Decreto é o último capítulo do processo administrativo que transcreve o
365 desenho em forma de legislação, que acompanha um conjunto de mapas e quadros. O
366 Diretor ainda frisou que no site da gestão urbana está disponível o Decreto, os quadros, os
367 mapas produzidos pela Prefeitura, e o estudo, versão final, apresentado e feito pelo
368 proponente em sua íntegra. Outro ponto abordado pelo diretor foi à questão do tempo, uma
369 vez que as três glebas estão para serem desenvolvidas, conforme o estudo, entre 20 e 25
370 anos. Ressaltou que neste sentido prevendo mecanismos que garantam a flexibilidade dos
371 desenhos para não congelar, mas o rigor do controle do interesse público, a gente criou um
372 caminho intermediário no sentido de criar quadros de usos, acessórios e principais, índices,
373 gabaritos específicos. Enfatizou também que não encontrou elementos neste momento,
374 antes da vinculação ao decreto, para que ele pudesse ir mais fundo no projeto, e que esta
375 fase vai estar no licenciamento. Esclareceu também que o Licenciamento Ambiental é de
376 responsabilidade da CETESB por ser uma área intermunicipal, o rio Juqueri que passa na
377 parte norte da divisa do terreno faz divisa com Caieiras, ainda tendo muitas questões de
378 contrapartidas que não se sabe como serão ainda, então se deixou esta flexibilização, que se
379 achou positiva. Enfatizou novamente que o comentário da conselheira é interessante e pediu
380 que entrasse no site e visse o estudo e fizesse sugestão para que se possa aprimorar,
381 arredondar mais ainda esta hipótese. Enfatizou que não foi fácil prever isso, pois tinha que
382 fazer muitas coisas ao mesmo tempo sem saber de contrapartidas ambientais, de áreas
383 verdes, de mitigação e contrapartidas sociais. Destacou que o EIA/RIMA era muito
384 complexo, e que não é um processo simples, mas isso é na fase de licenciamento, o que se
385 esta fazendo aqui é um ponto de partida, partir disso para chegar a outro momento.
386 Ressaltou que concorda em melhorar isso, mas teria que exigir estudos ambientais e uma
387 serie de coisas, que por decreto para parâmetro de ZOE não caberia. Enfatiza que cabe sim



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

388 no licenciamento e que no decreto está sendo colocada toda uma regulação de
389 licenciamento municipal com grupo multidisciplinar da qual faz parte o Verde, a SEL, a
390 SMDU, a Habitação, o Transporte, esse grupo com uma estrutura muito parecida com a
391 SAHIS, que vai dar as diretrizes para o desenvolvimento do licenciamento e posteriormente
392 aprovar. Destacou que São Paulo Urbanismo tem um papel importante, porque antes de dar
393 entrada no sistema tem de apresentar para a SP-Urbanismo o anteprojeto para que seja
394 feita uma verificação de tudo aquilo que contém nos quadros e na minuta do decreto para
395 saber se está atendendo e só depois que tiver essa chancela é que ele pode dar seguimento
396 para os órgãos de licenciamento. Reiterou que se criou um instrumento de regulação e
397 verificação durante o processo de licenciamento para dar essa segurança que se está
398 pedindo. Esclareceu ainda, que pelo parâmetro da ZOE, quadros e mapas não tem desenho,
399 não tem um anteprojeto dizendo onde a rua passa, não é um projeto físico ainda. **25)** A
400 conselheira Adriana Blay Levisky insistiu na pergunta se o projeto seria um anexo
401 pertencente ao corpo do decreto. Entendendo que não, quis insistir que pela própria
402 natureza do instrumento, projeto de intervenção urbanística, que está inaugurando uma
403 nova modalidade de interlocução de normativa de legislações, deveria fazer parte desse
404 decreto, da mesma maneira que existem inúmeros decretos ilustrados, porque eles
405 precisam de fato viabilizar a implementação da lei. Entendeu que neste caso, inalterando a
406 importância do projeto, ele é parte fundamental do decreto. Reiterou que gostaria de insistir
407 nisso, pois pode se correr o risco de no futuro de deturpando e perdendo a figura do projeto
408 na inauguração do decreto. **26)** O Diretor de Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo
409 Partezani Rodrigues, volta a esclarecer afirmando que o projeto não faz parte do decreto,
410 mas faz parte de um processo administrativo. **27)** A conselheira Adriana Blay Levisky insistiu
411 que não é projeto de aprovação, é o projeto que suscita o necessário e o suficiente para
412 inaugurar um decreto, então enfatizou que o projeto deverá pertencer ao decreto. **28)** O
413 Diretor de Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo Partezani Rodrigues, ressaltou mais
414 uma vez que o decreto aprova o projeto do processo administrativo. Enfatizou que acha
415 importante que a conselheira olhe o projeto que está na consulta, o analise e se não achar
416 suficiente que se manifeste na consulta para que se verifique aquilo que precise polir mais,
417 evoluir mais. **29)** A conselheira Adriana Blay Levisky alegando que conhece o projeto, já
418 analisou, entende que sua contribuição no colegiado esta no sentido de oferecer uma
419 sugestão para uma reflexão de que haja um elemento gráfico que pertença ao corpo do
420 decreto, sendo essa uma colaboração formal dentro do CMPU que a ASBEA esta fazendo.
421 **30)** O conselheiro Roberto de Castro Mello ressaltou que achou extremamente importante e
422 profícuo essa discussão e essa sugestão da conselheira Adriana Blay Levisky, mas quis trazer
423 um pouco de volta um pedacinho do Arco Tietê, e que tem também ZOE, e que está sendo
424 discutido no momento, que a pouco tempo atrás aconteceu, que é a área da Portuguesa,
425 que teve um leilão e do leilão não se resolveu. Após a explanação quis saber, por exemplo,
426 se aplica toda essa teoria também à ZOE, centralizada dentro do tecido urbano, como é o
427 caso da Portuguesa, inclusive com aquela ligação prevista por cima do rio com o viaduto.
428 Perguntou também qual é a situação e se isso, guardada as devidas proporções, também
429 seria a mesma coisa, e se já existe um PIU e se alguém já fez uma manifestação de
430 interesse. Por fim questionou qual é a situação atual daquela ZOE específica. **31)** O Diretor



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

431 de Desenvolvimento da SP-URBANISMO, Gustavo Partezani Rodrigues, agradecendo a
432 contribuição ressaltou que de fato é um processo que tem um conceito similar, mas uma
433 forma distinta, esclarecendo que o Arco Tietê é um projeto urbanístico previsto no Plano
434 Diretor que será aprovado por lei em maioria qualificada na Câmara. Enfatizou que neste
435 projeto do Arco Tietê existe uma AIU - Área de Intervenção Urbana chamada centralidade da
436 metrópole e dentro da centralidade se tem várias áreas de ZOE, como o Anhembi, o
437 Canindé, etc. Realçou que o Canindé especificamente se qualifica como projeto estratégico,
438 sabendo-se que metade daquela área pertence ao município e atrás daquela área, toda a
439 região da Rua Azurita também pertence ao município. Enfatizou que esse perímetro maior
440 que se chama projeto estratégico do Canindé, e que existe neste projeto de lei um estudo
441 que foi definido conexões, melhoramentos viários, já foi aprovado pela Lei nº 16.541/2016, e
442 definido possibilidade de demarcação de áreas verdes, setorizações de usos e ocupações.
443 Ressaltou também que existe um quadro específico, um quadro de porcentagens, definindo
444 o que vai ser institucional, verde, viário e área edificada. Enfatizou ainda, que esse projeto
445 autoriza um detalhamento no momento preciso, para que esse detalhamento seguindo esse
446 quadro possa ser desenvolvido esta área da ZOE. Reiterou que no Canindé não é só ZOE, o
447 campo do Canindé é ZOE, o resto não é. Enfatizou novamente que se esta trazendo um
448 regramento para toda aquela região, com quadros, diretrizes, uma vocação específica, e que
449 então ele já tem isso tudo. Destacou que é diferente porque é uma lei urbanística com
450 maioria qualificada que mexe em zoneamento, que mexe no Plano Diretor, porque assim a
451 Lei Zoneamento e o Plano Diretor determinaram. O Diretor também reiterou que é uma ZOE
452 que tem um conceito que se tem o objetivo final parecido, mas tem outro procedimento, um
453 procedimento por lei específica, por projeto urbanístico, por melhoramento viário, por
454 destinação de área verde institucional, por permuta das áreas públicas por áreas privadas e
455 construção para viabilidade financeira, com todos esses elementos. Ressaltou que o quadro
456 2 do projeto de lei apresenta todos os dez projetos estratégicos. **32)** Por fim, o
457 Superintendente de Estruturação de Projetos da SP-URBANISMO, Marcelo Fonseca Ignatios,
458 não havendo mais nenhuma pergunta, colocou na tela, para fins de exemplificar,
459 esclarecendo ser exatamente o que está na consulta pública, o texto da minuta de decreto,
460 os anexos, o mapa anexo que apresentou que são as quatro glebas e seus respectivos
461 quadros de parâmetros que suportam o conteúdo do decreto, também o caderno, que a
462 conselheira Adriana Blay Levisky está insistindo para que haja mais elementos gráficos para
463 que dê suporte. Ressaltou que mais do que as duas ou três imagens que mostrou pode se
464 encontrar dentro do arquivo em pdf e verificar se o que se está colocado no texto do decreto
465 tem o devido lastro neste caderno técnico. **33)** O Diretor de Desenvolvimento da SP-
466 URBANISMO, Gustavo Partezani Rodrigues, complementou esclarecendo que fica aprovado o
467 PIU do PA 2016 com tudo dentro, com todas as versões do projeto, audiências, sugestões,
468 etc. Reiterou que é interessante porque esta remetendo o processo administrativo ao
469 decreto. **Encerramento:** A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano Substituta e
470 Presidente do CMPU, Tereza Beatriz Ribeiro Herling, fez como último informe o lançamento
471 do sistema de monitoramento do PDE e agradeceu a presença do colegiado, encerrando a
472 reunião às 17h00m.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING
PRESIDENTE

**APOIO
SECRETARIA EXECUTIVA DA CMPU**

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

**ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS**

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO – SGM

VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF

GINA ARMELIN PAGOTTO BERNARDINO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

LETICIA SCHWARZ
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

HELOISA HELENA DE MELLO MARTINS
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB



DIRCE CARREGA BALZAN
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

HELIA MARIA SANTA BARBARA PEREIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES

CILENE SILVA FERNANDES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SDTE

DARLENE APARECIDA TESTA
TITULAR

SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO



PATRICIA SARAN
TITULAR

GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES
SUPLENTE

SUBPREFEITURA

MACRORREGIÃO LESTE 2



THALLES MARCIUS DE MORAIS
SUBPREFEITURA GUAIANASES
SUPLENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO LESTE 1

ANGELA MARIA CALABRIA
SUBPREFEITURA PENHA
TITULAR

GEORGINA HELENA DE FREITAS
SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

LEONARDO MEDEIROS E SILVA
SUBPREFEITURA ITAIM PAULISTA
TITULAR

MOVIMENTOS DE MORADIA

ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA
MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO – MSTC
SUPLENTE 3

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

NELSON TERRA BARTH
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
DO BAIRRO CITY CAXINGUI - AABCC
SUPLENTE 1

PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO
ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO LEGAL
TITULAR 3



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SETOR EMPRESARIAL

RICARDO YAZBEK

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO – SECOVI
TITULAR 1

ROBERTO DE CASTRO MELLO

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS ARQUITETURA
E ENGENHARIA CONSULTORIA - SINAENCO
TITULAR 3

ADRIANA BLAY LEVISKY

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA - ASBEA
SUPLENTE 3

ANDY ALEXANDRE GRUBER

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS
E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FECOMÉRCIO
TITULAR 4

CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP
SUPLENTE 4

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs

PAULO MACHADO LISBOA FILHO

CONSELHO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL – CBCS
TITULAR

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

RENATA SEMIN

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – IAB/SP
SUPLENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CPMU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS
À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**


VALTER CALDANA JUNIOR

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TITULAR 1

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA


CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA
ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS
DE SÃO PAULO - CICLOCIDADE
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP

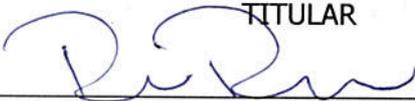

JOSÉ RAIMUNDO DO SACRAMENTO

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH


JOSÉ DE JESUS FERREIRA

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA OESTE
TITULAR


PAULA CARVALHO PASCHOAL RAULINO

USINA – CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO
SUPLENTE

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU

TITULAR 1: NURIA PARDILLOS VIEIRA

SUPLENTE 1: TOMAS CORTEZ WISSEBACH

TITULAR 2 : DANIEL TODTMANN MONTANDON

SUPLENTE 2: CAMILA NASTARI FERNANDES



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

TITULAR: IVY MAYUMI DE MORAES

SUPLENTE: FELIPE TEIXEIRA GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO – SGM

TITULAR: FRANCISCO MACENA DA SILVA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

TITULAR: EDUARDO MIKALAUSKAS

SUPLENTE: FLÁVIA XAVIER ANNENBERG

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF

SUPLENTE: DIOGO DE TILLIO VASCONCELOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL

TITULAR: PAULA MARIA MOTTA LARA

SUPLENTE: MIGUEL BIAZZO NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS – SMSP

TITULAR: PRISCILLA TIBA HASHIMOTO

SUPLENTE: MARIO FERNANDO PETRILLI DO NASCIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

TITULAR: MARILIA JAHNEL DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

TITULAR: MÁRCIA MARIA FARTOS TERLIZZI

SUPLENTE: ANGELO SALVADOR FILARDO JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

SUPLENTE: IVETE PONTES ODDONE

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

TITULAR: VERA LUCIA DE MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

TITULAR: RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES

TITULAR: JOSE ALBERTO SERRA ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

TITULAR: ROSSELA ROSSETO

SUPLENTE: NADIA SOMEKH

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SDTE

SUPLENTE: JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

TITULAR: WAGNER GERMANO

SUPLENTE: CELSO APARECIDO SAMPAIO

SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO

NORTE 1

TITULAR: CARLOS ROBERTO CANDELLA

SUPLENTE: GILBERTO ROSSI

NORTE 2



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

TITULAR: GIVALDO DE SOUZA CUNHA
SUPLENTE: OLGA MARIA DE ALMEIDA BRANDÃO LOPES PEREIRA

OESTE

TITULAR: ADRIANA ROLIM DE CAMARGO
SUPLENTE: ELMA GOMES DE OLIVEIRA

CENTRO

TITULAR: GILMAR TADEU RIBEIRO ALVES
SUPLENTE: MARCOS ROBERTO EMÍLIO

LESTE 1

TITULAR: RENATA CARVALHO NAVES
SUPLENTE: VIVIANE RODRIGUES DE PALMA

LESTE 2

TITULAR: PRISCILA RODRIGUES MARTINS DA SILVA BIROLO

SUL 1

TITULAR: JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS
SUPLENTE: ELDER VIEIRA DOS SANTOS

SUL 2

TITULAR: CARLOS HENRIQUE NUNES CABRAL
SUPLENTE: CLAUDIMAR MOREIRA DIAS

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO

NORTE 1

TITULAR: JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES
SUPLENTE: IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS

NORTE 2

TITULAR: MARCOS SEIKE TERUYA
SUPLENTE: CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO

OESTE

TITULAR: PAULO CESAR MALUF
SUPLENTE: MAURO SÉRGIO PROCÓPIO CALLIARI

CENTRO

TITULAR: HELENA LADEIRA WERNECK
SUPLENTE: ARTUR MONTEIRO ROÇADO

LESTE 2

SUPLENTE: RICARDO SAMPAIO GONÇALVES

SUL 1

TITULAR: HÉLIO HIGUCHI
SUPLENTE: JÂNIO RIBEIRO COUTINHO

SUL 2

TITULAR: OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA
SUPLENTE: DEISE LUCI BENOME

MOVIMENTOS DE MORADIA

TITULAR 1: EVANIZA LOPES RODRIGUES
SUPLENTE 1: MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

TITULAR 2: MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA

SUPLENTE 2: ANDERSON STANCOV FONSECA

TITULAR 3: CARMEN DA SILVA FERREIRA

TITULAR 4: VERA LUCIA DIAS PADILHA

SUPLENTE 4: NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

TITULAR 1: SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR

TITULAR 2: HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI

SUPLENTE 2: GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA

SUPLENTE 3: A SER INDICADO

TITULAR 4: APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO

SUPLENTE 4: CIBELE MARTINS SAMPAIO

SETOR EMPRESARIAL

SUPLENTE 1: ALEXANDRE MARQUES TIRELLI

TITULAR 2: ODAIR GARCIA SENRA

SUPLENTE 2: ANTONIO LUIZ POLVERINI FILHO

ENTIDADES SINDICAIS

TITULAR: KARINA OLIVEIRA LEITÃO

SUPLENTE: A SER INDICADO

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs

SUPLENTE: DIANA CSILLAG

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

TITULAR: JACOBINA ALBU VAISMAN

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

SUPLENTE 1: DENISE ANTONUCCI

TITULAR 2: RAQUEL ROLNIK

SUPLENTE 2: EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

TITULAR 1: LINCOLN PAIVA

SUPLENTE 1 : GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD

TITULAR 2: A SER INDICADO

SUPLENTE 2: A SER INDICADO

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

SUPLENTE: THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO

MOVIMENTOS CULTURAIS

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

ENTIDADES RELIGIOSAS

TITULAR: IRENE DA CONCEIÇÃO DE BRITO

SUPLENTE: LAURENTINA DA SILVA

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES

TITULAR: ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SUPLENTE: GEORGE DOI

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP

SUPLENTE: ELISÂNGELA CRISTINA FLAVIO

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT

TITULAR: SINÉSIO GOBBO

SUPLENTE: ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO

TITULAR: JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO

SUPLENTE: ELISABETE FRANÇA

SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

TITULAR: MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO

SUPLENTE: MARINA BOLDO LISBOA

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

TITULAR: GIL KUCHEMUCK SCATENA

SUPLENTE: MARCIA RENATA IANI

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TITULAR: LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES

SUPLENTE: MARISTELA APARECIDA HESPANHOL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC

TITULAR: CLÁUDIA VIRGÍNIA CABRAL DE SOUZA

SUPLENTE: SANDRA TEIXEIRA MALVESE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD

TITULAR: CLÓVIS DA SILVA PINTO

SUPLENTE: MARCOS DE SOUZA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI – CIMBAJU

TITULAR: EDISON PAVÃO JUNIOR

SUPLENTE: ISIS BUENO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP – CIOESTE

TITULAR: CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO

SUPLENTE: ANTONIO SILVESTRE LEITE

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT

TITULAR: MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI

SUPLENTE: AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA